

Um ensaio sobre o que nos ensinam as visualidades camponesas

Leandro de Souza Silva 

(Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, Brasil)

Paulo Pires de Queiroz 

(Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, Brasil)

RESUMO – Um ensaio sobre o que nos ensinam as visualidades camponesas – Este escrito objetiva colaborar com os estudos sobre visualidades, espacialidades e ensino em territórios camponeses e inspira a questão: *como visualidades no assentamento Zumbi dos Palmares contribuem para processos educativos na/da espacialidade do campo?* Assim, é proposto o diálogo entre Cultura Visual, Espacialidades, Cultura e Educação Popular, somados a um exercício de leituras imagéticas coletadas em campo. A metodologia participativa possibilitou a coleta de dados, orientou a discussão realizada e a escolha dos procedimentos analíticos. Os resultados apontam que os processos de criação de visualidades no assentamento evidenciam contornos estético-educativos. Enquanto forma de visualizar a vida camponesa, tais visualidades confrontam lógicas de dominação em favor de uma existência mais digna e feliz.

PALAVRAS-CHAVE:

Visualidades. Espacialidades. Ensino. Assentamento rural. Reforma agrária.

ABSTRACT – An essay on what peasant visualities teach us – This article aims to collaborate with studies on visualities, spatialities and teaching in peasant territories and raises the question: *how do visualities in the Zumbi dos Palmares settlement contribute to educational processes in the spatiality of the countryside?* The proposal dialogues with Visual Culture, Spatialities, Culture and Popular Education, together with an exercise of reading images collected in the research field. The participatory methodology made data collection possible, guided the discussion as well as the choice of analytical procedures. The results show that the processes of creating visualities in the settlement have aesthetic and educational contours. As a way of visualizing peasant life, these visualities confront the logic of domination in favour of a more dignified and happy existence.

KEYWORDS:

Visualities. Spatialities. Teaching. Rural settlement. Agrarian reform.

RESUMEN – Ensayo sobre lo que nos enseñan las visualidades campesinas – Este artículo pretende colaborar con los estudios sobre visualidades, espacialidades y enseñanza en territorios campesinos e inspira la pregunta: *¿cómo contribuyen las visualidades en el asentamiento Zumbi dos Palmares a los procesos educativos en la espacialidad del campo?* Propongo, por lo tanto, un diálogo entre Cultura Visual, Espacialidades, Cultura y Educación Popular, combinado con un ejercicio de lectura de imágenes recogidas en el campo. La metodología participativa posibilitó la recolección de datos, oriento la discusión y la elección de procedimientos analíticos. Los resultados muestran que los procesos de creación de visualidades en el asentamiento tienen contornos estético-educativos. Como forma de visualizar la vida campesina, estas visualidades se enfrentan a la lógica de la dominación en favor de una existencia más digna y feliz.

PALABRAS-CLAVE:

Visualidades. Espacialidades. Enseñanza. Asentamientos rurales. Reforma agraria.

Introdução

Um ensaio sobre o que nos ensinam as visualidades camponesas propõe refletir a respeito de fenômenos estético-educativos em territórios camponeses. O manuscrito organiza-se da seguinte maneira: em *Cheganças, entre sulcos na terra e visualidades* é apresentado o recorte da investigação. Na sequência, destaca-se onde ocorreu a empiria que dá origem ao ensaio. Em seguida, os exercícios teóricos enlaçam visualidades, espacialidade, cultura e educação popular. Em *Semeando leituras, cultivando reflexões*, a metodologia destaca como e com quem o estudo foi realizado. Finalmente, as considerações apresentam os resultados e discussões parciais do processo investigativo que dá origem a este trabalho.

Cheganças, entre sulcos na terra e visualidades

Ando devagar, mas insisto em caminhar contrariando muitas vezes o curso das contingências, pois a vida segue... a vida segue para o infinito para antes e depois de mim, a vida segue (Bambu Amarelo, assentado, 2021).

Figura 1 – Trabalhadores rurais, Núcleo 4, assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Leandro de Souza Silva (2022).

Este ensaio nasce da aproximação de formas visuais que brotam no cotidiano camponês¹. O chão sulcado, antes de ser fonte de análise e estudo, é

metáfora da espera, de um tempo lento e de resistência. Logo, esta escrita parte da imagem de preparo do solo, a qual inspira reflexões acerca do que se aprende em solo camponês. Como sugere a epígrafe, sem pressa e resistindo às contingências da vida, a ação camponesa visualizada na fotografia, aponta para os aspectos estético-educativos operados pelas visualidades ocorridas no campo.

Diante dos fenômenos estéticos da vida em espaços rurais, talvez seja lacunar investigações sobre o pensamento visual das pessoas que vivem e convivem em lugares como esses. Nesse sentido, investigar o conhecimento estético desses sujeitos pode contribuir para estudos em espaços não formais de ensino a partir de seus protagonistas. Portanto, este ensaio tem como objetivo contribuir com estudos que inter-relacionam visualidade, ensino e espacialidade no contexto de territórios camponeses.

Tais observações levam à questão deste trabalho: *como visualidades no assentamento Zumbi dos Palmares contribuem para processos educativos na/da espacialidade do campo?* Para explorar possíveis respostas, propõe-se diálogos entre os campos da Cultura Visual, da Cultura e Educação Popular e das Espacialidades, junto a uma breve análise de imagens que constituem esse estudo. Nesse sentido, partindo do que pensam Mirzoeff (1999) e Mitchell (2002), a ideia de visualidade dialoga com as categorias analíticas do espaço social de Santos (2008a). Isto abre caminhos e encontros com a perspectiva de ensino preconizada por Freire (2014), Brandão e Fagundes (2016).

Por meio de uma abordagem qualitativa, a proposta metodológica participativa (Thiollent, 2002) possibilitou pensar o percurso reflexivo e a coleta de dados. O campo de investigação se dá no assentamento Zumbi dos Palmares, na região norte do estado do Rio de Janeiro (Brasil). Circunscrito no processo de luta pela terra, o assentamento evidencia o árduo processo de re-territorialização no norte fluminense, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST),

Comissão Pastoral da Terra (CPT), militantes, pesquisadores e agentes técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesta proposta de ensaio ganham ênfase as questões *estético-educativas* em espaços como o referido assentamento. Lugares como esse provocam reflexões acerca da precariedade, da exiguidade de bens/aparelhos educacionais e culturais, além de ausências e silenciamentos dos modos diversos de ver e sentir a vida. Para além desses aspectos proporciona leituras sobre uma estética insurgente que se esforça em escapar das influências do processo de urbanização capitalista.

Sendo assim, a construção teórico-conceitual junto à empiria vivenciada, indica a constante transformação da espacialidade vivenciada no campo. Os resultados parciais aqui apresentados apontam miradas sobre os processos de criação de visualidades no assentamento, evidenciando seus contornos estético-educativos. Tais manifestações estéticas não se limitam a representações da vida, mas a reinventam. Como rebeldias visuais, confrontam a dominação e anunciam possibilidades de existência justa, digna e plena.

Abeirando o campo de investigação

Ao conhecer o assentamento Zumbi dos Palmares, algumas inquietações moveram o que hoje se configura como interesse de investigação. Desde a entrada no assentamento até a participação no Sarau Cultural pela Reforma Agrária, no inverno de 2019, surgiram questionamentos a respeito da estética ali vivenciada. Aquela estética motivou o desejo por compreender seus modos de fazer e pensar a visualidade e como esta colabora para processos educativos. Por esta razão, é importante situar o contexto histórico e sociopolítico do assentamento Zumbi dos Palmares, campo de estudo da investigação que origina este ensaio.

O mapa de localização demonstra o assentamento Zumbi dos Palmares entre dois municípios do estado do Rio de Janeiro, a saber, Campos dos

Situado às margens do Rio Paraíba do Sul, a cartografia mostra o Zumbi organizado em núcleos que vão do 1 ao 5, onde o primeiro está mais próximo do centro urbano de Campos e o último núcleo cruza o município de São Francisco. Destaca-se como uma das primeiras ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro e, como Alentejano (2011) explica, desde meados dos anos 1990 essa região é o principal palco da luta pela terra. Foi nessa área onde ocorreu o maior número de ocupações e desapropriações de terra em virtude da crise do setor sucroalcooleiro naquele período. Alentejano (2011) contextualiza:

Foi sob as ações do MST no Rio de Janeiro, no início dos anos 90, que foram organizadas as primeiras ocupações de terras de usina no estado. Entretanto, durante um tempo, essas [ações] es se limitaram à periferia da região canavieira, isto é, os municípios de Macaé e Conceição de Macabu. Somente em 1997 a atuação do MST atingiu o coração da região, quando foram ocupadas as terras da Usina São João, situada a 7 km do centro de Campos dos Goytacazes (Alentejano, 2011, p. 33).

A crise do setor sucroalcooleiro acarretou a falência de dezenas de usinas, afetando o reduto tradicional de exploração desses recursos. Por isso, a força de trabalho sofreu transformações que redesenharam as formas de organização socioespacial e possibilitou modelos alternativos de viver na/da terra. Fruto desse processo, o assentamento foi criado a partir da divisão das terras consolidadas em 1998 e, atualmente, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vivem ali 506 famílias.

Desse modo, enquanto assentamento rural – lugar que dista da centralidade urbana e localizado em suas periferias – o Zumbi dos Palmares caracteriza-se como território organizado pelo planejamento humano e pela ação de grupos identitários sociais, educativos e culturais. Essa designação fala da projeção da produção do trabalho, ao revelar relações de poder sobre esse mesmo espaço. Relações essas caracterizadas por valores, saberes e conhecimentos populares, fruto da luta de classes (Caldart, 2012).

Esse contexto desenha a imagem de resistência e igualdade em espacialidades que ensinam sobre o acesso democrático aos direitos dados a ver pela visualidade. Tal compreensão afirma esses espaços de luta como lugares de resistência, re-existência e existência de um modo de vida mais digno e mais justo. Nessa perspectiva, os interesses desse estudo circunscrevem-se em torno dos processos estético-educativos experienciados na visualidade desses contextos.

No caso do Zumbi dos Palmares, os modos de ver, perceber e sentir dos sujeitos que ali vivem são anunciados pelas descobertas aqui apresentadas. Suas formas visuais, de certo modo rebeldes e desobedientes, colocam em suspensão mecanismos de poder estabelecidos e determinados que atuam na manutenção

das desigualdades sociais no Brasil. Ora, se a terra deixa de cumprir a sua função social, o direito de acesso à terra deveria ser garantido constitucionalmente (Brasil, 1988). No entanto, historicamente, tal acesso é conquistado às custas de disputas e enfrentamentos por parte de muitos setores da sociedade e organizações populares. Inclusive, custando vidas cruelmente ceifadas.

Essa reflexão inspira problematizar a concentração nos grandes centros urbanos do que é hegemonicamente legitimado e visibilizado em termos visuais (e artísticos). Contudo, as manifestações estéticas desenvolvidas em um território camponês seriam como um desafio à atenção dada às metrópoles. Nesse sentido, essas *imagens-problema* entram na disputa da narrativa que desafia a indiferença em contextos cuja exclusão social ainda é tão acentuada.

Frente às contradições, convergências e disputas pelo acesso à terra no contexto da reforma agrária brasileira, este ensaio problematiza o assentamento Zumbi dos Palmares enquanto espaço de ensino. Desobedecendo discursos que inferiorizam o fazer visual de quem vive em espaços rurais, suas visualidades assumem funções educativas, transbordando a ideia do pedagógico como algo restrito à escola, determinado, verticalizado ou imposto (Andrade, 2016). Assim, um lugar que outrora recebia a alcunha de *invadido*, hoje, desvela a “rebeldia necessária para fazer reforma agrária” (citando um dos lemas do MST), estabelecendo um espaço social visualizado pela ação humana.

Portanto, abeirando esse campo de investigação, seu horizonte alegoricamente aponta para a afirmação da *práxis* visual própria desse lugar. Ali, é possível enxergar uma mirada adiante, cuja ação de seus sujeitos os confere uma vida digna e em harmonia com a natureza. Espaço onde sua espacialidade irrompe com a negação de direitos que o mundo injusto e desigual insiste em promover, numa visualidade que celebra uma possibilidade real de bem-viver.

Figura 3 – Pôr-do-sol no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Leandro de Souza Silva (2020).

Encontros entre visualidades, espacialidades, cultura e educação popular

Para este ensaio, os campos de estudos da Cultura Visual, de Espacialidades e da Cultura e Educação Popular são aqui postos em diálogos. Exercitar seus enlaces sustenta a base de conhecimento que poderá apontar respostas para a questão de partida e servir à análise dos processos de criação de visualidades no assentamento.

A partir do pensamento de Mirzoeff (1999), suas considerações sobre Cultura Visual destacam as visualidades como tática, cuja criação funcionaria como estratégia estética. Ao explorar ambivalências, interstícios e lugares de resistência na vida cotidiana, transbordariam o sinônimo de imagem, convergindo uma diversidade de aspectos que inclui, mas transborda o visual. Sob esse entendimento, as interlocuções entre visualidades, espacialidades, a cultura e a educação popular partiriam da observação de convergências interdisciplinares.

Portanto, a análise de visualidades em territórios camponeses convoca considerar quais aspectos se relacionam à espacialidade. Afinal, em um lugar enraizado na luta pela terra e direitos, a criação estética se presentifica em todo seu processo e existência. Isto é, a criação de um assentamento de reforma agrária tensiona além da questão política e de direitos humanos, a arte, a cultura e a educação. Tais dimensões, ao serem associadas à análise espacial, podem aprofundar a compreensão de processos estético-educativos do mundo camponês.

Fruto dessa elaboração, a criação de visualidades na espacialidade do assentamento poderia evidenciar contornos educativos quanto à diversidade cultural e inclusão social, por exemplo. Ao passo que processos estéticos revelam dimensões do tecido social (Mitchell, 2002), considerar as urgências e os sonhos de tantas pessoas por uma vida melhor ganhariam forma por meio da visualidade.

Ou seja, o que uma casa e o seu quintal, paisagens de plantio, ferramentas da agricultura, fotografias ou desenhos podem desvelar sobre o assentamento e seus modos de ensinar? Quando o visual é problematizado as respostas dessa questão abrem um profícuo campo de investigação e descobertas. Isso corrobora o entendimento de que formas visuais experienciadas no campo, podem colocar em suspensão a função da estética determinada hegemonicamente como legítima. Ao participar da vida ordinária, como num campo de batalha, essa visualidade evoca pensamentos, ideias, informações e imagens (Mirzoeff, 1999).

Em meio à disputa narrativa reivindicada no espaço rural, agudamente envolto por imagens visuais, modos de ver mais inclusivos e diversos são operados cotidianamente. Afirma-se, aqui, aquela imagem não institucionalizada, mas a que compõe a paisagem visual cotidiana, evidenciando múltiplas representações visuais da vida, da imaginação e da consciência social (Dias, 2011). Ademais, suas funções se transformam constantemente e, em seus processos, modificam estruturas definidas, endurecidas e estabelecidas. Sobre isso, Mirzoeff argumenta que:

Essa história da cultura visual destacaria aqueles momentos em que o visual é contestado, debatido e transformado, constantemente desafiando o lugar de interação social e definição em termos de classe, gênero sexual e identidades racializadas (Mirzoeff, 1999, p. 17).

Sob essa perspectiva da construção visual do social (Mitchell, 2002), o trabalho com imagens na Cultura Visual afirma toda a diversidade de eventos visuais, preocupando-se como se *mostra o ver*. Não se nega em suspeitar, duvidar, perguntar... A base teórica e conceitual dessa ideia implica não apenas o visível, mas também o invisível, o não visível, o não notado e o não visto. Isso leva a pensar sobre quem vê o que, como vê, quando é permitido ver e, finalmente, quem autoriza ou desautoriza esse ver...

Sob esse entendimento, a visualidade vivenciada no campo escaparia à servidão e ao padrão hegemônico de beleza excludente e dominado pelo capital simbólico no campo da Arte (Bourdieu, 1989). Essas *rebeldias visuais* acrescentariam outras maneiras de visualização de territórios camponeses, desfrontereando limites impostos por narrativas que uniformizam o que se pensa sobre a vida e a cultura camponesa (Tardin, 2012).

Por isso, é importante justificar o emprego da palavra *estética* aplicada ao longo desse texto. Nesse caso, tal ideia opõe-se ao ideal de representação, perfeição, apreciação do belo clássico e juízo de valor impostos pelo sistema dominante e colonizador. Logo, olhar para visualidades que acontecem no campo, implica compreender uma estética capaz de ensinar, situando questões, instituindo problemas e visualizando possibilidades para a educação (Dias, 2011). E, como fruto dessa experiência, conhecer um projeto de sociedade que valoriza os saberes e conhecimentos de todas e todos.

Em diálogo com esse pensamento, a análise espacial proposta por Santos (2008a) nos auxilia perceber a manifestação estética camponesa enquanto ação. A construção teórica do autor propõe leituras do espaço inter-relacionando *forma, função, estrutura e processos*, indissociavelmente. A forma, enquanto aspecto

visível, a função, enquanto propósito do objeto criado e a estrutura, enquanto o modo como os objetos são formados, definem os processos como a ação que se realiza continuamente tanto no tempo quanto no espaço.

Santos (2008a) fala do *espaço banal* como espaço de todas as pessoas e suas práticas, onde se acumulam práticas, memórias e contradições. Isto apontaria para as possíveis *rugosidades* da visualidade camponesa. Nelas, em meio aos vincos e rasgos na terra, a temporalidade e o acúmulo de conhecimento camponês são visualizados. Nesse ponto, a alegoria dos sulcos na terra, enquanto produção da existência, evidencia a fluidez e o movimento que dá sentido à vida. Tais acúmulos valorizam historicidades, cultura e demais manifestações que constituem a espacialidade (Ribeiro, 2012).

Em adição, a visualidade converge saberes socioculturais dinâmicos, fluidos e organicamente modificados, criando a representação cultural do espaço (Santos, 2008b). Em consonância com esse entendimento, as espacialidades assentam-se na autoria, no protagonismo de quem habita o espaço. Desse modo, as visualidades conferem visibilidade e funcionalidade às ideias e à dimensão estética e política dos *homens lentos* do período chamado meio-técnico-científico-informacional, discutido por Santos. Ele expõe:

Os homens 'lentos', por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos? (Santos, 2008b, p. 41).

Ao dialogar com tal conceito, Ribeiro (2012) compreende o *homem lento* como aquele que se opõe à eficácia e velocidade do pensamento dominante. Na contramão de posturas excludentes e segregadoras, essa perspectiva compreende o *aprender com* o outro, pois valoriza seu tempo, seu conhecimento e suas práticas. Em oposição ao conforto das luzes da cidade, a força imanente das fabulações suscitadas pelos *homens comuns* escapa de um fazer apressado.

Pelos termos da visualidade, a estética nos espaços da lentidão resistiria à sedução dos espaços da luminosidade. Afinal, reconhecer e valorizar o que ocorre visualmente nesses espaços é também afirmá-los como espaços da vida, da invenção e da coletividade (Ribeiro, 2012). Eis aí o cerne da dimensão educativa de fenômenos visuais nos lugares que escapam dessas luzes. Ao acolher a diversidade de olhares, escapa-se de modelos excludentes que hierarquizam relações sociais e os diversos modos de ver.

Processos estéticos revelam dimensões do tecido social (Mitchell, 2002), por isso, na espacialidade camponesa, por exemplo, as formas visuais assumem contornos pedagógicos. Ao considerar a criação estética de sujeitos que habitam lugares ditos periféricos, a fatura do espaço resiste aos apagamentos e à exclusão.

Santos (2008a) compreende o espaço como um produto social em constante transformação. Ele expõe que o espaço habitado segue em permanente reconstrução por meio da ação de seus sujeitos. O autor expõe que considerar apenas a forma – o visual, no caso de nossa investigação –, levará ao mero empirismo, fragilizando a análise. Isto é, compreender fenômenos visuais, exige inter-relacionar, além de suas formas, suas funções, a estrutura a qual pertence e seus processos. Nesse sentido, olhar para processos culturais e estéticos exige observar sua pertença na vida. Para isso, Santos expõe:

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver (Santos, 2007, p. 81).

À luz dessa compreensão, a cultura se faz e refaz cotidianamente. Ao participar dos espaços nos quais a vida acontece, ela age como processo dinâmico de aprendizados. Enquanto partícipe da cultura, a visualidade é consequência das relações entre as pessoas e seu meio, desvelando seus modos de perceber e se relacionar com o mundo.

Nessa trilha, os pressupostos teóricos da Cultura e Educação Popular, contribuem com o entendimento do protagonismo popular na criação da vida. Essa concepção afirma um giro de posição a respeito da criação da visualidade, da espacialidade e do ensino em espaços não escolares. A *práxis visuais* nos espaços da lentidão emancipa, liberta e evidencia o pensamento “[...] capaz de superar a via puramente sensível da captação dos dados da realidade, por uma via crítica” (Freire, 1963). Sobre isso, Brandão (1981) expõe:

Não custa pensar a razão pela qual, durante muito tempo, uma das características universalmente mais aceitas para definir o que é “cultura popular” era justamente o seu anonimato. Ou seja, entre outras coisas, o que a distingue da nossa é que, enquanto o erudito da cultura e a necessidade da identidade pessoal do autor, o que torne legítima a popular é que nela ele não exista, ou porque foi esquecido no tempo, ou porque, não tendo *atores* de história, o povo não deve ter também *autores* de sua própria cultura (Brandão, 1981, p. 10).

A função da educação, na perspectiva popular e contra hegemônica, sobretudo no contexto do sistema capitalista, assume um papel de formação de indivíduos críticos. Do mesmo modo, constitui-se como ação “instrumentalizadora de profundas transformações político-sociais na sociedade brasileira” (Brandão; Fagundes, 2016, p. 92). Em espaços de ensino não formais, como o assentamento, essa perspectiva de ensino reconhece e evidencia as vivências e as lutas que compõem o pensamento popular. Enquanto ação estético-educativa, a *práxis visual* das pessoas que vivem nesses mesmos espaços pode transformar realidades e operar mudanças no tecido social. Tal ação pode caracterizar “um modo particular de dar sentido às experiências dos indivíduos” (Queiroz, 2014, p. 38).

Seguindo essa reflexão, a educação e a cultura também podem estimular abordagens descolonizadoras do pensamento, centradas numa concepção inclusiva, participante e cooperativa. Sua pertença orientada por uma *epistemologia popular*, feita e protagonizada pelo povo, produz criticamente suas espacialidades e nelas, visualidades em sentido ampliado.

Por essa razão, os Estudos da Cultura Visual, em seu contorno educativo, reconhecem a importância não apenas da compreensão de fenômenos estéticos, mas de uma interpretação crítica da realidade. Martins (2012) explica que esse entendimento abre espaço para pensar a imagem como parte e *práxis* interpretativa de uma comunidade. Tais estudos valorizam abordagens pedagógicas, escolares ou não, que desafiam “a área de artes a pensar no desenvolvimento de atividades e criações visuais coletivas” (Aristimuño; Matalonga-Jorge, 2019, p. 222).

Desse modo, a estética vivenciada na espacialidade do campo, em seu contorno educativo, seria resultado do trabalho e da experiência humana criativa, emancipada, livre e crítica (Freire, 2014). Com efeito, celebrar a diversidade de repertórios de vida, subjetividades, faz escapar de generalizações dos modos de ver (Valença; Pereira; Martins, 2008, p. 245). E, ao convergir os saberes e conhecimentos *do* povo e *para* o povo, sua *práxis* visual evidencia a formação e a transformação da realidade pelas mãos de quem cria sua própria visualidade.

Semeando leituras, cultivando reflexões

Nesta seção apresentam-se possíveis leituras de visualidades encontradas no campo investigado. Em diálogo com as vivências empíricas e os eixos teóricos do estudo, a análise propõe respostas à pergunta de partida em uma abordagem de natureza qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio da metodologia participativa (Thiollent, 2002) com pessoas que vivem e convivem no assentamento, em leituras feitas *com* elas. Por considerar suas particularidades e subjetividades (Angrosino; Flick; Fonseca, 2009), tal perspectiva privilegia relações horizontalizadas no fazer da investigação.

Colaboram com esse estudo *assentadas/os* da reforma agrária no assentamento Zumbi dos Palmares e *agentes da Comissão Pastoral da Terra* (CPT – Campos dos Goytacazes, RJ). Seguindo os parâmetros éticos para a realização de trabalhos de pesquisa com seres humanos, todos concordaram em

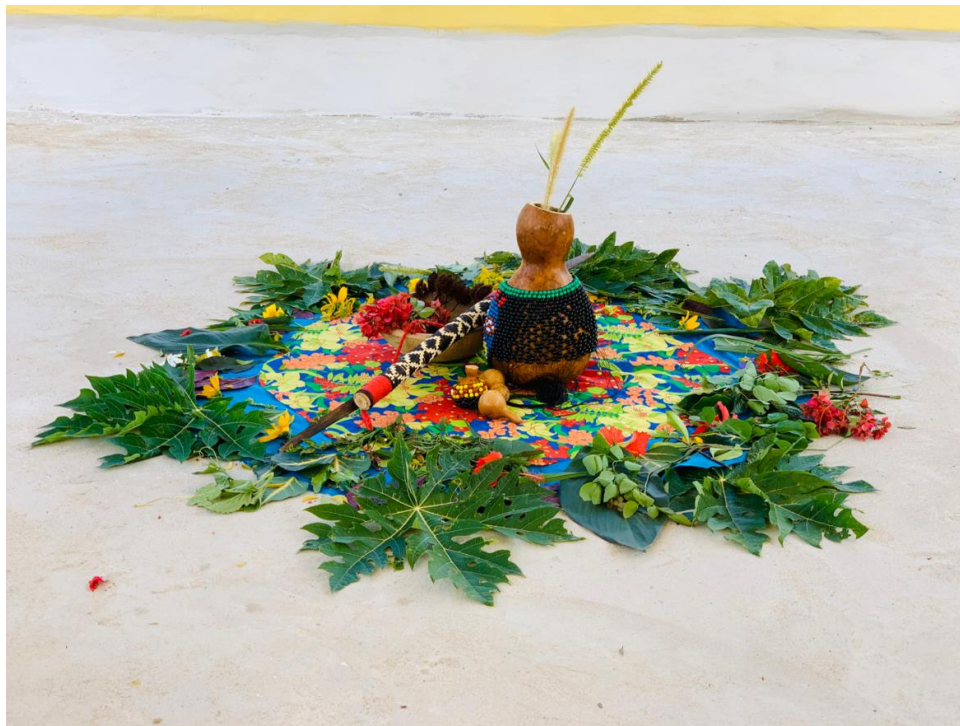
colaborar com a investigação e foram identificados por nomes relacionados à natureza.

Por considerar a fatura polissêmica das ações estéticas vivenciadas por essas pessoas, o método escolhido garante o envolvimento de todos no estudo. Logo, a participação nos cotidianos do assentamento contribuiu para leituras estético-educativas da visualidade camponesa aqui apresentadas. Nessa perspectiva, a construção social do conhecimento (Thiollent, 1984) acontece pela ação direta dos partícipes, favorecendo um estudo *feito com* e não *sobre* essas pessoas.

O trabalho constituiu-se pelas etapas metodológicas de *observação*, *participação* e *leituras* de visualidades no/do assentamento. Nesse sentido, como procedimento da observação participante (Brandão, 1981), a *conversa* possibilitou o levantamento das imagens e das falas que figuram este manuscrito. Enquanto ferramenta de ensino (hooks, 2020), o diálogo apontou os enlaces entre visualidades, espacialidades e ensino. Assim, a escuta atenta e a observação dos fenômenos visuais no assentamento permitiram aprender o *que* e *como* ensina o pensamento estético camponês.

Como primeiro exercício de leitura, retoma-se a vivência no Sarau Cultural pela Reforma Agrária, em 2019. Sendo esse o primeiro contato com o campo investigado, a mística criada para a atividade (Figura 4) constitui-se como uma das experiências visuais a ser considerada uma *imagem-problema*. Tal inquietação diz respeito desde a escolha dos materiais até seus sentidos. Isto é, quanto mais observava sua elaboração, mais perguntas e dúvidas eram inauguradas.

Figura 4 – Mística do Sarau Cultural pela reforma agrária, Núcleo 4, Assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Leandro de Souza Silva (2019).

Os movimentos populares “compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência” (Bogo, 2012). Ela é a manifestação que se inventa em toda celebração coletiva e opera a visualização de discursos que valorizam a estética da natureza, o saber e conhecimento popular. Sobre isso a agente da CPT Baobá, afirma:

A mística vai trazer essa memória, essa emoção, esse momento em que a gente celebra, mas também pode ser um momento que cause um impacto, que seja mais forte a questão da denúncia. Mas, eu acho que o importante é que ela vai sempre trazer essa memória das lutas, no caso das místicas que a gente fazia na CPT. Memória das pessoas que fazem parte dessas lutas por um projeto de vida (Baobá, 2023).

Considerando a polissemia dessa leitura, a mística coloca em questão as formas de aprender tradicionais e ensina sobre valores importantes não apenas para o campo, mas para a própria existência humana. A participante destaca que a forma visual da mística ensina sobre um projeto de vida e evidencia denúncias,

mobilizando reflexões educativas. Ao instigar leituras, aciona a visualização de um pensamento crítico, reflexivo e criativo.

Figura 5 – Processo de criação da mística do Sarau Cultural pela reforma agrária, assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Baobá, agente da CPT (2023).

Em sua composição feita por muitas mãos, a mística ensina sobre coletividade. Como as fotografias demonstram, ela reúne elementos naturais, artísticos e poéticos, implicando propósitos políticos e simbólicos. A criação da mística convida à decupagem do todo de sua forma. Ao proceder leituras do que anuncia, interpretações se avolumam a cada mirada, sendo essa uma desafiadora composição da visualidade experienciada nessa ocasião. Quantas outras leituras e aprendizados tal criação seria capaz de tensionar?

A disposição dos elementos sobre o chão, escolhidos de forma cuidadosa a partir do que havia disponível no próprio local eram como um convite à atenção. A agente da CPT Baobá ensina “não perder essa questão da celebração, do estar junto, do estar perto [...] os tecidos que remetem muito a essa coisa do popular”

(Baobá, 2023). Tal afirmação se opõe ao fazer visual como mera ação decorativa, esvaziada de propósitos. Sob esse entendimento, o tecido, as folhas, os instrumentos, suas cores e formas, convidavam a refletir sobre o que se pensa, se sente e se cria esteticamente no campo.

A mística, enquanto forma visual, assume funções estético-educativas. Pensá-la como ação do pensamento *estético-político* popular semeia um posicionamento crítico diante das desigualdades e exclusões sociais. Nesse sentido, a feitura da mística pode ser entendida como partícipe do “jogo de decisões sobre o que se pode ver e dizer, sobre quem tem competência, qualidade para ver e para dizer” (Aguirre, 2011). Isto é, sua criação contribui para uma formação cidadã, política e a estética ao superar e denunciar visualmente formas de ideologia e dominação nos discursos.

Nessa perspectiva, o caráter pedagógico tensionado pelo fazer visual no/do assentamento, reconhece traços identitários e subjetivos de seus criadores. Ensina a valorizar o conhecimento de quem vive e opera essa estrutura. Isso se confirma na fala do assentado Abacaxi ao explicar sua composição fotográfica:

A primeira coisa que eu pensei foi no dia a dia, no trabalho e era uma das atividades que se exerce na cultura do abacaxi. Na posição que eu estava eu aproveitei a luz do sol e eu tirei [a fotografia] com a minha sombra, capinando a lavoura. [...] Aparecem na sombra tanto um pouco das vestes que a gente usa pra trabalhar na lavoura do abacaxi quanto o instrumento de trabalho, e o sol que é uma das coisas que está na lida do dia a dia no cultivo do alimento (Abacaxi, 2022).

Figura 6 – Fotografia no Núcleo 5 do assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Abacaxi, assentado (2022).

O registro da sombra do trabalhador rural projetada na plantação, ladeado por sua enxada, sugere pertencimento e conexão espacial. Nesse sentido, o pensamento estético acionado na criação dessa fotografia evidenciaria uma *práxis* visual camponesa consciente e apropriada (Silva, 2025). Outorga uma existência que se afirma na espacialidade, ou seja, se move, se transforma, emancipa e liberta.

Desse modo, seria possível visualizar uma pertença apropriada, criativa e singular, convergindo o pensar e o fazer popular. E, ao questionar as formas de aprender ditas tradicionais ou institucionalizadas, se presentificam na vida e nas

práticas ordinárias no assentamento. Assim como exposto pelo assentado Sr. Abacaxi, a dimensão da visualidade participa do trabalho exercido com a terra.

Sob essa perspectiva, o arado, a grade niveladora e o cultivador observados durante a pesquisa de campo, são equipamentos que tornam visível essa imagem do solo preparado para o plantio. Tal imagem aciona o campo enquanto um conjunto de técnicas visualizado pela ação e conhecimento camponês. Em uma de nossas conversas, o assentado Madeira Pau Peroba ensina:

Esse aqui é o arado. Um arado de três discos. [...] A gente tomba a terra com ele para plantar as coisas. [...] Para fazer o plantio tem que tomba a terra primeiro, preparar a terra. [...] Tem a grade niveladora, [...] para nivelar a terra. E esse aqui é o cultivador, [...] é pra cultivar cana. [...] eu, do meu modo, eu tiro quatro e só deixo duas dessas enxadinhas [...] foi ideia minha. Serve para sulcar, para plantar cereais (Madeira Pau Peroba, 2023).

Figura 7 – Fotografia: arado, grade niveladora e cultivador, assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Leandro de Souza Silva (2022).

Nota-se que a relação com esses equipamentos não se limita à técnica, como evidencia o assentado, elas funcionam também como uma extensão de seu próprio pensamento (Santos, 2008a). Ao partilhar seu conhecimento, ele evidencia a dimensão de ensino que acontece na espacialidade camponesa. Por isso, ainda que chamar a visualidade camponesa de pedagógica sugira certo pleonismo (Andrade, 2016), sua função amplia formas de aprender.

À luz desse pensamento, a criação poética oriunda do trabalho na terra, evidencia a sabedoria e o conhecimento operados na transformação do espaço. É justamente essa experiência laboral que nos permite visualizar o campo. Nesse

caso, a visualidade camponesa abarca não apenas o aspecto físico ou espacial, mas também a inteligência de quem trabalha e vive no campo.

As adaptações manuais acopladas aos equipamentos demarcam sua autoria, tornando a prática de cultivo ainda mais dinâmica, ágil e funcional. Como o relato de Madeira Pau Peroba pontua, sua ação criativa anuncia formas de visualização do campo. Suas funções específicas efetuam e dinamizam o seu trabalho, criando processos estético-educativos. Isto é, quando fala em revirar, tombar, aplanar e desenhar os sulcos na terra, afirma uma *práxis* visual que se opõe à objetificação do sujeito camponês. Seu modo de fazer evidencia seus conhecimentos, sua subjetividade e o seu próprio modo de fazer a vida.

Figura 8 – Brotação de cultivo entre os sulcos na terra, assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Leandro de Souza Silva (2022).

Por esse motivo, o título deste trabalho parte da imagem da terra sulcada, cuja brotação do cultivo se dá em meio aos rasgos no solo. Entre ideias, pensamento e disputa narrativa, como aponta Mirzoeff (1999), a *práxis* visual

camponesa ganha forma e funções do plantar ao colher. Qual sentido teria o uso técnico sem a capacidade de invenção do trabalhador rural? Rascunhando uma resposta, visualizar esse processo possibilita compreender os resultados da luta pelo acesso à vida digna. Portanto, essa imagem tão comum nos cotidianos de um assentamento rural, ao mesmo tempo que é *semeadura* que produz o alimento, é também *colheita*, fruto de disputas históricas pela reforma agrária no Brasil.

Portanto, se a espacialidade pode ser afirmada como sistema de objetos e ações, como Santos (2008b) nos ensina, a visualidade dá a ver esse sistema num posicionamento educativo da *práxis* visual camponesa, reafirmando assim, a função social da terra e operando a visualização da uma vida digna.

Desse modo, o fazer *estético-político* do trabalho na terra, da *semeadura* até a *colheita*, age como rebeldias visuais ao romper com lógicas de dominação (Silva; Queiroz, 2025). Não se rende às “luzes da cidade”, nem depende exclusivamente da tecnologia dos grandes empreendimentos do agronegócio com seus maquinários e propagandas midiáticas. Ademais, põe em suspensão a dicotomia campo/cidade, evidenciando que no espaço rural a vida segue. E, a despeito das contingências, a visualidade camponesa avança, se faz e se refaz.

Considerações

Como as imagens e relatos apresentaram, em localidades onde se dá a luta pela terra, suas visualidades assumem caráter educativo. Ao anunciar formas de ensinar e aprender por caminhos estéticos, tais contribuições apontam respostas à questão de partida desse ensaio. Os diálogos entre a empiria e os estudos da Cultura Visual, Espacialidades, Cultura e Educação Popular destacam a participação do visual nos cotidianos. Tais enlaces afirmam a legitimidade do saber popular e a força imanente dos ensinamentos operados em territórios camponeses como o assentamento.

As falas dos partícipes da investigação indicam o dinamismo e a organicidade que nos ajudam a compreender melhor como ocorrem processos criativos em territórios camponeses. Sua *práxis* visual aqui apresentada nos ensina sobre cooperação, colaboração, coletividade e criatividade. Seja pela mística de celebração ou em meio às paisagens de plantio, a ação criativa no assentamento anuncia formas de visualizar vida, trabalho e luta popular.

Dessa forma, essa proposição investe numa epistemologia do povo que inspira um projeto de sociedade que rompa com desigualdades e injustiças. Não apenas em relação à luta pela terra e direitos, mas também para um modo de vida mais feliz, pleno e em ação como as duas imagens desse ensaio apresentam. A abordagem qualitativa da metodologia investiu na valorização da sabedoria e do conhecimento popular. Os procedimentos pautados na participação, colaboração e no protagonismo camponês, auxiliaram numa compreensão apropriada do modo de pensar visual de cada participante da investigação.

Finalmente, as leituras aqui propostas constituem parte das descobertas de uma investigação que convida olhar em direção às tantas manifestações visuais da vida camponesa. Nessa perspectiva, a estética experienciada no assentamento confronta lógicas de dominação do pensamento e reafirma a força imanente, criativa, educativa e expressiva do povo. Por sua vez, o fazer estético-educativo de pessoas que vivem no campo anuncia horizontes, aponta caminhos e outras miradas. E assim, ao apresentar formas de visualizar a existência, a visualidade camponesa evidencia uma fartura de conhecimentos que nos ensina sobre uma vida mais digna e feliz.

Nota

- ¹ Este ensaio deriva da tese de doutoramento *Caminhando entre sulcos na terra: visualidades camponesas enquanto ações estético-educativas no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)* (Silva, 2025) e mantém diálogo com publicações anteriores que exploraram recortes da mesma investigação.

Referências

- AGUIRRE, Imanol. Cultura visual, política da estética e educação emancipadora. In: TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo. (orgs.). *Educação da cultura visual: conceitos e contextos*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011. p. 69-112,
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O norte fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. In: PEDLOWSKI, Marco Antonio; OLIVEIRA, Júlio César P.; KURY, Karla Aguiar. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2011.p. 19-56.
- ANDRADE, Paula Deporte de. *Pedagogias culturais: uma cartografia das (re)invenções do conceito*. 2016. (Doutorado) -, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- ANGROSINO, Michael; FLICK, Uwe; FONSECA, José. *Etnografia e observação participante: Coleção Pesquisa Qualitativa*. ARTMED, 2009.
- ARISTIMUÑO, Felipe; MATALONGA-JORGE, Sofia. Educação para os media nas aulas de artes: Criação intertextual de memes como meio de empoderamento visual para a conscientização ambiental. *Matéria-Prima*, 7(1), 213-224. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2019. <http://doi.org/10451/38578>
- BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli S. et al. (Ed.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Berthand, 1989.
- BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Carlos R.; FAGUNDES, Maurício César V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, v. 32, n. 61, p. 89-106, 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal 1988.
- CALDART, Roseli S. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.
- DIAS, Belidson. *O l/mundo da educação em cultura visual*. Brasília, Distrito Federal, Brazil: Programa de Pós-Graduação em Arte, Universidade de Brasília, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.
- hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- MARTINS, Raimundo. Porque e como falamos da cultura visual? *Revista Visualidades, Goiânia*, v. 4, n. 1-2, p. 65-79, 2012.
- MIRZOEFF, Nicholas. *An introduction to visual culture*. London: Routledge, 1999.
- MITCHELL, William John Thomas. Mostrar o ver: uma crítica à cultura visual. *Interin*, v.1, n. 1, p. 1-20, 2002.
- MITCHELL, William John Thomas. Showing seeing: a critique of visual culture. *Journal of visual culture*, v.1, n. 2, p. 165-181, 2002.
- MST. *Assentamento Zumbi dos Palmares completa 10 anos*. Brasil, 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/04/10/assentamento-zumbi-dos-palmares-completa-10-anos/>. Acesso em: 3 set. 2022.



QUEIROZ, Paulo Pires de. *A arte na educação para a compreensão da Cultura Visual*. RevistAleph, n. 14, p. 38-44, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39016>. Acesso em: 1 jul. 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra, Salvador*, n. 9, p. 58-71, 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SILVA, Leandro de Souza. *Caminhando entre sulcos na terra: visualidades camponesas enquanto ações estético-educativas no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)*. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn) - Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2025. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/39827>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, Leandro de Souza; QUEIROZ, Paulo Pires de. Rebeldias visuais: visualidades camponesas como ação estético-educativa. *Educação em Foco*, v. 30, n. 1, p. e30037, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/edufoco/article/view/e30037>. Acesso em: 6 jul. 2025.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli S. et al. (Ed.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 1, n. 1, p. 43-51, 1984.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. *Revista Cronos*, 3, n. 2, 2002.

VALENÇA, Kelly.; PEREIRA, Alexandre.; MARTINS, Raimundo. Um olhar formatado. *Visualidades – Revista do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual*, v.6, p. 243-255, 2008.

Leandro de Souza Silva

Doutor em Ciências, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral na Faculdade de Belas-Artes (FBAUL) da Universidade de Lisboa (ULisboa), mestre em Artes (PPGArtes/UERJ), especialista em Ensino da Arte (UVA) e licenciado em Artes Visuais (UNIGRANRIO). Docente no Departamento de Artes Visuais (DAV), do Colégio Pedro II (CPII). Este trabalho de investigação foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6140-9681>

E-mail: souzaleandro@id.uff.br

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8820452756046719>

Paulo Pires de Queiroz

Doutor em Filosofia e Humanidades na Columbia Pacific University, com Titulação reconhecida pela Universidade Federal Fluminense. Professor e Pesquisador Associado da Faculdade de Educação na Universidade Federal Fluminense. Professor e Pesquisador Permanente no Programa de Mestrado e Doutorado PGEBS, na área de Ensino em Biociências e Saúde da FIOCRUZ. Professor e Pesquisador Permanente no Mestrado em Diversidade e Inclusão no CMPDI/UFF e no Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão do PGCTIn/UFF. Autor e



organizador de vários livros, capítulos de livros e artigos científicos em diversos editoriais nacionais e internacionais. Membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior Brasileira - BASis. Líder do Grupo de Pesquisa, certificado pelo CNPQ, NESED. Tem trabalhos na área de Ensino e atualmente pesquisa nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Saúde nos âmbitos da Graduação e da Pós-Graduação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0609-6424>

E-mail: ppqueiroz@yahoo.com.br

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2338289949427695>

*Recebido em 22 de maio de 2024
Aceito em 14 de janeiro de 2025*

